

PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS DA SEGUNDA EMISSÃO DO

RIO BRAVO INVESTIMENTOS **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** CNPJ: 08.254.073/0001-11

A data deste Prospecto é de 12 de março de 2007

Emissão de até 6.712 (seis mil, setecentas e doze) Cotas, sendo até 3.777 (três mil, setecentas e setenta e sete) Cotas de Classe A e até 2.935 (duas mil, novecentas e trinta e cinco) Cotas de Classe B do Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações ("Fundo") no valor de até R\$ 137.213.751,60 (cento e trinta e sete milhões, duzentos e treze mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos). As Cotas de Classe A e B possuem direitos patrimoniais e econômicos idênticos, porém com direitos políticos diferenciados, conforme descrito no Regulamento. O FUNDO foi constituído de acordo com a Instrução CVM nº 391/2003 e alterações posteriores, por sua administradora, Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.600.026/0001-81 ("ADMINISTRADORA"). A 1ª Emissão de Cotas foi de uma única classe, no valor de até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), representada por 15.000 (quinze mil) cotas, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo que foram subscritas 2.093 (duas mil e noventa e três) cotas, tendo sido as demais canceladas. Adicionalmente, a primeira subscrição de cotas ocorreu em 25/09/2006 e a primeira integralização de cotas ocorreu em 19/10/2006 ao preço unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com investimento mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Determinado investidor do relacionamento da Administradora terá preferência para subscrever a totalidade das cotas de Classe B da presente emissão. As cotas de Classe A serão preferencialmente subscritas por investidores do relacionamento da Administradora.

"O Registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, da Administradora e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo, bem como sobre as Cotas a serem distribuídas."

Somente investidores qualificados, conforme a definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM 409/04"), podem adquirir Cotas do Fundo (os "Investidores Qualificados").

Os Investidores devem ler com atenção a seção "Fatores de Risco", nas páginas 09 a 10 deste Prospecto.

Os termos em letras maiúsculas utilizados neste prospecto, aqui não expressamente definidos, terão os significados determinados no Regulamento do FUNDO.

Administração, Distribuição e Gestão

Agente Escriturador e Custodiante

Auditoria Externa



**BDO TREVISAN AUDITORES
INDEPENDENTES**



Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de Cotas do fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de sua instituição administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

O INVESTIMENTO NO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS E DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO OBJETO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO, NAS PÁGINAS 09 A 10 DESTE PROSPECTO.

TUDO COTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO E DO REGULAMENTO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA AO ADMINISTRADOR, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO, E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO PELO INVESTIDOR.

O ADMINISTRADOR DECLARA QUE (I) ESTE PROSPECTO CONTÉM AS INFORMAÇÕES RELEVANTES AO CONHECIMENTO, PELOS INVESTIDORES, DA OFERTA, DAS COTAS DE CLASSE “A” E “B” DO FUNDO; (II) AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESTE PROSPECTO SÃO VERDADEIRAS, CONSISTENTES, CORRETAS E SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES UMA TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA EMISSÃO DE COTAS DE CLASSE “A” E “B”; E (III) É RESPONSÁVEL PELA VERACIDADE, CONSISTÊNCIA, QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS POR OCASIÃO DO REGISTRO E FORNECIDAS AO MERCADO DURANTE A DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS DE CLASSE “A” E “B”, NOS TERMOS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/2003.

ADICIONALMENTE, O ADMINISTRADOR, NA QUALIDADE DE COORDENADOR DE DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA OBJETO DO PRESENTE PROSPECTO, DESDE JÁ SE COMPROMETE A TOMAR TODAS AS CAUTELAS E AGIR COM ELEVADOS PADRÕES DE DILIGÊNCIA, RESPONDENDO PELA FALTA DE DILIGÊNCIA OU OMISSÃO, PARA ASSEGURAR QUE: (I) AS INFORMAÇÕES ORA PRESTADAS SEJAM VERDADEIRAS, CONSISTENTES, CORRETAS E SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES UMA TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA; E (II) AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS AO MERCADO DURANTE TODO O PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO, INCLUSIVE AQUELAS EVENTUAIS OU PERIÓDICAS CONSTANTES DA ATUALIZAÇÃO DO REGISTRO DA COMPANHIA E AS CONSTANTES DO ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO EMPREENDIMENTO, SE APLICÁVEIS, QUE VENHAM A INTEGRAR O PROSPECTO, SÃO SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES A TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO OU SOBRE A PRESENTE DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DE CLASSES “A” E “B” DO MESMO PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO AO ADMINISTRADOR E/OU NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM.

É VEDADO AO FUNDO A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS, EXCETO QUANDO TAIS OPERAÇÕES SEJAM REALIZADAS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL ATRAVÉS DE OPERAÇÕES COM OPÇÕES QUE TENHAM COMO ATIVO SUBJACENTE VALOR MOBILIÁRIO QUE INTEGRE A CARTEIRA DO FUNDO OU NO QUAL HAJA DIREITO DE CONVERSÃO.

ÍNDICE

DENOMINAÇÃO DO FUNDO	04
BASE LEGAL	04
TIPO DE FUNDO	04
PRESTADORES DE SERVIÇOS	04
PÚBLICO-ALVO	04
SEGMENTO DO FUNDO	04
PRAZO	04
OBJETIVO DE INVESTIMENTO	04
CUSTOS RELACIONADOS	05
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	05
COMITÊ DE INVESTIMENTOS	08
SELEÇÃO DAS COMPANHIAS ALVO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS ATIVOS	08
Critérios de Seleção das Companhias Alvo	09
Critérios de Elegibilidade dos ativos	09
FATORES DE RISCO	09
BREVE HISTÓRICO DA RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A. DTVM	10
BREVE HISTÓRICO DO BANCO BRADESCO S.A.	11
BREVE HISTÓRICO DO AUDITOR	11
CRITÉRIO PARA CÁLCULO DO VALOR DAS COTAS E DEMAIS INFORMAÇÕES	11
CRITÉRIO PARA EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E RESGATE DAS COTAS	12
TRIBUTAÇÃO	13
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E DE PERFORMANCE E DEMAIS DESPESAS	15
PROCEDIMENTOS EM CASO DE MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO DA OFERTA PÚBLICA DE COTAS OU DE REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO	17
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO COTISTA	17
ATENDIMENTO AOS COTISTAS	17

ANEXOS

ANEXO I – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA

ANEXO II ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS, DATADA DE 12.03.2007 E REGULAMENTO DO FUNDO

ANEXO III – CONTRATOS REFERENTES AOS SERVIÇOS DE ESCRITURAÇÃO DE COTAS E CUSTÓDIA DE ATIVOS

RIO BRAVO INVESTIMENTOS
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
PROSPECTO

Denominação do Fundo: Rio Bravo Investimentos Fundo de Investimento em Participações (o "FUNDO").

Base Legal: Instrução CVM nº 391, de 16.07.2003, e posteriores alterações.

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento em Participações. Sob a forma de Condomínio Fechado.

Prestadores de Serviços:

Administração e Distribuição:	Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM
Gestão:	Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM
Escrituração das Cotas:	Banco Bradesco S.A.
Custódia dos Ativos:	Banco Bradesco S.A.
Auditoria Externa:	BDO Trevisan Auditores Independentes ("BDO Trevisan")

Público-alvo:

Exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409/2004, que busquem retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do FUNDO e que estejam dispostos a aceitar risco de crédito em suas aplicações.

Segmento do FUNDO:

O FUNDO terá como atuação primordial investir recursos integrantes de seu patrimônio na aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, inclusive através de cotas de Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, desde que aprovados pelo Comitê de Investimentos do FUNDO.

Prazo:

O FUNDO terá prazo de duração de 30 (trinta) anos, sendo que os 20 (vinte) primeiros anos corresponderão ao Período de Investimento, e os 10 (dez) anos seguintes ao Período de Desinvestimento. O Período de Investimento poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) anos, observado o disposto no Regulamento do FUNDO, bem como o Período de Desinvestimento poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) anos.

Objetivo de Investimento:

O objetivo do FUNDO é proporcionar ganhos de capital aos seus cotistas, a longo prazo, investindo em ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias promissoras, abertas ou fechadas, do mercado acionário brasileiro, inclusive através de

cotas de Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, visando alcançar retornos consistentes e acima do mercado, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão (os “Ativos Alvo”). O conhecimento das atividades da empresa e o acompanhamento da capacidade de seus executivos em materializar o máximo de retorno sobre o investimento do acionista, farão parte da estratégia de gestão do FUNDO para avaliar e monitorar as oportunidades de investimento e os investimentos realizados.

Custos Relacionados:

Custos Relacionados:

Taxa de registro na SOMA - mercado de balcão organizado da BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo	R\$ 6.500,00
Taxa de Registro de Oferta Pública CVM	R\$ 82.870,00 (teto) (cotas de classe A); mais R\$ 82.870,00 (teto) (cotas de classe B)
Registro de Títulos e Documentos	R\$ 9.202,38 (teto)
Publicação de Anúncio de Início e Encerramento de Distribuição	R\$ 10.000,00 (teto)
TOTAL	R\$ 191,442,38 (teto)

Além dos custos acima elencados, a Administradora não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Cotas. Tendo em vista que o Administrador, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será o único responsável pela distribuição pública das Cotas da Primeira Emissão junto ao público investidor, não serão devidas pelo Fundo quaisquer comissões referentes à colocação pública das Cotas da Primeira Emissão.

Política de Investimento:

O FUNDO poderá ter até 100% (cem por cento) de sua carteira representada por ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários, incluindo as cotas de Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, conversíveis ou permutáveis em ações, emitidos por um único Ativo Alvo, podendo deter até 100% (cem por cento) do capital dos Ativos Alvo.

A participação do FUNDO no processo decisório da companhia investida pode ocorrer:

- I – pela indicação de membros ao Conselho de Administração das companhias em que investir;
- II – pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;
- III – pela celebração de acordo de acionistas; ou
- IV – pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao FUNDO efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

As companhias fechadas, em cujas ações, títulos ou valores mobiliários o FUNDO vier a investir, deverão seguir as seguintes práticas de governança:

- I – proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- II – estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração;
- III – disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- IV – adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- V – no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- VI – auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Para se tornar um Ativo Alvo do FUNDO, uma companhia aberta deverá prever em seus estatutos, o atendimento aos níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos I a IV relacionados no parágrafo anterior.

A carteira do FUNDO poderá estar representada em até 100% (cem por cento) de sua composição, por ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações emitidas pelas companhias investidas.

Até 30% (trinta por cento) do total de ativos do FUNDO poderá ser aplicado em outros ativos que não os Ativos Alvo. Este percentual somente poderá ser excedido em decorrência do recebimento pelo FUNDO de bens e direitos quando da alienação de Ativos Alvo.

Poderá haver conflito de interesses com relação aos Ativos Alvo a serem investidos pelo FUNDO, ficando desde já autorizada, sem qualquer restrição, a aplicação de recursos do FUNDO em títulos e valores mobiliários de companhias nas quais participem:

- I – os cotistas do FUNDO, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente, ou em conjunto;
- II – a ADMINISTRADORA do FUNDO, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente, ou em conjunto;
- III - quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal das companhias pertencentes aos Ativos Alvo.

A Administradora do FUNDO deverá informar o Comitê de Investimentos a respeito de todas as aplicações de recursos do FUNDO nas companhias mencionadas no item 4.4.3 do Regulamento, sendo que competirá ao Comitê de Investimentos deliberar sobre a realização de novos investimentos ou desinvestimentos, inclusive na hipótese de conflitos de interesse mencionada no item 4.4.3, do Regulamento, conforme disposto no Capítulo V deste.

As importâncias recebidas dos cotistas pela integralização de cotas deverão ser depositadas em banco comercial, em conta corrente aberta em nome do FUNDO, a ser informada ao investidor pela ADMINISTRADORA na data da respectiva integralização de cotas, sendo obrigatória a sua imediata aplicação em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou ainda na aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo.

Na hipótese da venda da participação, total ou parcial, ocorrer durante o Período de Investimento, os recursos obtidos serão obrigatoriamente destinados à amortização de cotas, exceto se a maioria dos titulares de cotas de Classe B deliberar de maneira diversa.

Dividendos ou juros sobre capital próprio distribuídos pelas companhias investidas integrantes da carteira do FUNDO, assim como quaisquer outros valores por este recebidos em decorrência de seus investimentos nas referidas companhias, deverão igualmente ser destinados à amortização de cotas, observando-se que os valores serão repassados diretamente aos quotistas.

Os valores oriundos das companhias investidas, a título de dividendos ou juros sobre capital próprio, poderão ser repassados diretamente aos cotistas, caso a ADMINISTRADORA decida por não reter ou reinvestir os recursos na forma dos itens anteriores.

Para efeitos de amortização de cotas, será considerado o valor da cota vigente na data de amortização, deduzido de eventuais despesas, tributos, taxas conforme estabelecido por este Regulamento.

As amortizações de cotas deverão ser feitas através (i) de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente do cotista; (ii) no Mercado de Balcão Organizado; (iii) Bolsa de Valores, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a efetiva entrada de recursos no FUNDO. Os pagamentos serão realizados segundo as regras estabelecidas por cada Câmara.

Nos termos da legislação aplicável, será admitido, desde que obedecidos os critérios estabelecidos no item 7.1.3 do Regulamento e previamente aprovado na Assembléia Geral de cotistas, o pagamento de amortizações ou da liquidação do FUNDO com ativos e/ou valores mobiliários.

Caso decorrido o Período de Investimento, o FUNDO não tenha efetuado os investimentos nas Companhias Alvo, a Assembléia Geral de cotistas especialmente convocada para este fim irá deliberar pela prorrogação do Período de Investimento ou pela liquidação do FUNDO, com a devolução das importâncias recebidas dos cotistas pela integralização de cotas, acompanhada dos rendimentos obtidos em razão da aplicação das referidas importâncias em títulos de renda fixa, públicos ou privados.

Limitação no Uso de Derivativos: É vedado ao FUNDO a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial através de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do FUNDO ou no qual haja direito de conversão.

Comitê de Investimentos

O FUNDO terá um Comitê de Investimentos, composto de 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, que terá a função de analisar e aprovar todas as decisões da ADMINISTRADORA com relação aos investimentos e desinvestimentos, diretos ou indiretos, efetuados pelo FUNDO, bem como todas as decisões da ADMINISTRADORA relativas aos ativos do FUNDO que possam afetar o valor dos mesmos.

Os membros do Comitê de Investimentos serão eleitos anualmente pela assembléia geral ordinária dos cotistas, para mandatos de 1 (um) ano, e poderão ser reeleitos. Dois membros do Comitê de Investimentos, bem como seus respectivos suplentes serão eleitos pelos titulares da maioria das cotas presentes à Assembléia, enquanto o outro membro e seu respectivo suplente serão eleitos pelos titulares da maioria das cotas Classe B presentes à assembléia.

Caso qualquer dos membros efetivos ou suplentes do Comitê de Investimentos deixe de integrá-lo, por qualquer motivo, a ADMINISTRADORA convocará imediatamente uma assembléia de cotistas para eleger um membro substituto.

As seguintes matérias serão necessariamente submetidas pela ADMINISTRADORA, com cópias de toda a documentação relevante, incluindo o plano de negócios e estratégias referentes a cada investimento e de justificativa da operação, à aprovação prévia do Comitê de Investimentos:

I – Qualquer investimento a ser feito direta ou indiretamente pelo FUNDO;

II – Qualquer desinvestimento total ou parcial a ser feito direta ou indiretamente pelo FUNDO;

III – todas e quaisquer reorganizações societárias referentes aos Ativos Alvo, incluindo, mas sem limitação a: (i) incorporação; (ii) fusão; e (iii) cisão de qualquer dos ativos detidos pelo FUNDO, inclusive, mas sem limitação a Rio Bravo Crédito Companhia de Securitização S.A. e Rio Bravo Investimentos S.A.;

IV – todos os contratos e negócios entre, de um lado (i) qualquer dos ativos detidos pelo FUNDO e, de outro (ii) qualquer sociedade ou entidade controlada por (a) qualquer cotista direto ou indireto do FUNDO; ou (b) qualquer membro dos órgãos de administração de uma sociedade ou entidade controlada direta ou indiretamente por qualquer cotista direto ou indireto do FUNDO.

Os membros do Comitê de Investimentos receberão cópias de todas as atas de assembleias gerais, de reuniões de cotistas, e de reuniões do conselho de administração de todas as sociedades e outros veículos de investimentos detidos direta ou indiretamente pelo FUNDO.

As reuniões do Comitê de Investimentos serão realizadas somente com a presença de todos os seus integrantes, sendo que, na ausência de um integrante, seu suplente poderá substituí-lo e todas as suas deliberações serão tomadas pela unanimidade de votos dos seus membros.

Seleção das Companhias Alvo e Critérios de Elegibilidade dos ativos:

Critérios de Seleção das Companhias Alvo:

A seleção pela ADMINISTRADORA e a aprovação pelo Comitê de Investimentos das Companhias Alvo e dos ativos que integrarão a carteira do FUNDO são de total e exclusiva responsabilidade da ADMINISTRADORA e do Comitê de Investimentos, respectivamente, não podendo o Custodiante e suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum responder, em nenhuma hipótese, pela seleção e/ou pela boa ordem dos critérios de escolha desses ativos ou por qualquer perda, dano ou prejuízo incorridos pelos COTISTAS, decorrente da decisão tomada pela ADMINISTRADORA e pelo Comitê de Investimentos.

A ADMINISTRADORA em conjunto com o Comitê de Investimentos poderá livremente definir o grau de concentração da carteira do FUNDO com relação aos Ativos Alvo, nos termos do Regulamento.

Critérios de Elegibilidade dos ativos:

Os ativos passíveis de comporem o FUNDO deverão ter sido selecionados pela ADMINISTRADORA e aprovados pelo Comitê de Investimentos de acordo com o procedimento estabelecido no Regulamento do FUNDO.

O processo de seleção dos Ativos Alvo pela ADMINISTRADORA enfatizará os seguintes aspectos:

Retorno - potencial de retorno tendo em vista o risco inerente ao investimento.

Crescimento - perspectiva de crescimento do mercado e da Companhia Alvo, levando em conta posicionamento competitivo e vantagens comparativas sustentáveis no médio e longo prazo.

Gestão - capacidade, experiência, qualidade, motivação e idoneidade da equipe de gestão da empresa.

Tecnologia - componente tecnológico como diferencial competitivo.

Análise Financeira - modelagem e projeções financeiras, análise dos fluxos de caixa do projeto em cenários variados e detalhamento do plano de negócios.

Potencial de Sucesso - riscos de execução e potencial de cumprimento de metas.

Após a análise detalhada da empresa, convencida da viabilidade do investimento, a Rio Bravo submeterá o projeto à aprovação do Comitê de Investimentos ("Comitê").

Fatores de Risco:

O principal fator de risco da carteira do FUNDO será a variação de preços de ações e títulos e valores mobiliários admitidos ou não à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado que compoñham a carteira do FUNDO. Ainda, quanto às possibilidades de risco inerentes aos ativos que compoñram a carteira do FUNDO, devem ser observados os seguintes fatores:

I. As aplicações do FUNDO nas companhias investidas caracterizam operações cujo risco se concentra nas condições da demanda do mercado em que operam;

II. As aplicações do FUNDO nos ativos previstos no item 4.1 do Regulamento poderão incorrer em diferentes espécies de risco, sendo os principais fatores os seguintes:

a) *Risco de Mercado*

O valor dos ativos que integram ou que vierem a integrar a carteira do FUNDO podem aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado, as taxas de juros e os resultados das companhias cujos valores mobiliários por elas emitidos compõem a carteira, sendo que em caso de queda do valor dos ativos que compõem a carteira, o patrimônio líquido do FUNDO pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos ativos integrantes da carteira podem ser temporárias, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados ou que não sejam definitivas.

b) *Risco de Crédito*

Consiste no risco dos emissores de valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa que integram ou que venham a integrar a carteira e/ou outras partes envolvidas em operações realizadas pelo FUNDO não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o FUNDO.

c) *Risco de Liquidez*

O volume inicial de aplicações no FUNDO e a inexistência de tradição no mercado de capitais brasileiro de negociações envolvendo cotas de fundos fechados fazem prever que as cotas do FUNDO não apresentarão liquidez satisfatória.

Em função das características do FUNDO, eventuais alterações nas taxas de juros, além das oscilações normais ocorridas em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, podem ocasionar valorizações ou desvalorizações de suas cotas. Em decorrência, poderá ocorrer perda de capital investido.

A rentabilidade obtida no passado não é garantia de rentabilidade do futuro.

As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da ADMINISTRADORA ou de qualquer instituição pertencente ao mesmo conglomerado da ADMINISTRADORA ou com qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Mesmo que a ADMINISTRADORA mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para o investidor.

Breve Histórico da Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM:

A ADMINISTRADORA, fundada em 1º de junho de 1994, é a primeira instituição financeira do país especializada na administração de investimentos estruturados sob a forma de Fundos de Investimento Imobiliário.

Atualmente, é a maior administradora de Fundos de Investimento Imobiliário do país. O patrimônio de Fundos Imobiliários por ela administrado ultrapassa R\$ 1 bilhão de reais. São ao todo mais de 25 (vinte e cinco) Fundos de Investimento Imobiliário que investem em shopping centers, hotéis, estacionamentos, empreendimentos residenciais, empreendimentos comerciais, incorporação, loteamentos, terrenos e agora também em pavilhões de exposição.

Além da experiência na atuação como administradora de Fundos Imobiliários, a administradora é também responsável pela gestão e administração de todas as carteiras de recebíveis imobiliários adquiridas pela Rio Bravo Securitizadora S.A., no montante de aproximadamente R\$ 600 milhões de reais.

A ADMINISTRADORA possui uma administração e corpo técnico com profundo conhecimento do mercado imobiliário e de capitais que lhe permite estruturar e administrar investimentos em negócios imobiliários e operações de financiamento.

Breve Histórico do Banco Bradesco S.A.:

Considerada uma das empresas mais modernas do mundo, sempre apontando tendências e antecipando serviços e produtos para seus Clientes, o Bradesco prioriza investimentos em tecnologia/informática, sendo que somente no primeiro semestre de 2005, atingiu a marca de R\$ 698 milhões. Muitos de seus produtos têm a qualidade de seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000. Seu Departamento de Ações e Custódia presta serviços de administração de recursos somente para terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente independentes das demais áreas do Banco, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços.

Breve Histórico do Auditor:

A BDO Trevisan é uma empresa de auditoria e consultoria com 23 anos de experiência no mercado brasileiro e integra a rede internacional da BDO, uma das maiores empresas do mundo nesse segmento. Com escritórios em 105 países, a empresa conta com mais de 700 profissionais alocados em 16 escritórios no Brasil.

Critério para Cálculo do Valor das Cotas e Demais Informações:

O valor das cotas objeto da presente emissão foi calculado de acordo com o Regulamento do FUNDO, em especial o quanto disposto em seu Capítulo IX.

O valor mínimo de aplicação no FUNDO é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

As cotas do FUNDO objeto de distribuição pública, ressalvadas as negociações privadas entre investidores qualificados, somente poderão ser negociadas no mercado de bolsa ou mercado de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das cotas.

A avaliação das cotas do FUNDO será feita ordinariamente ao fim de cada mês, utilizando-se, na avaliação dos valores mobiliários integrantes da carteira, os seguintes critérios e metodologias:

- I. as ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo custo de aquisição das respectivas Empresas Investidas ou,

conforme o caso: **(a)** pelo preço de emissão adotado em aumento de capital subsequente ao investimento realizado pelo FUNDO, no qual terceiros tenham adquirido participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital da Empresa Investida; **(b)** pelo preço fixado em negociação de participação que represente, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital da Empresa Investida e na qual, pelo menos, 5% (cinco por cento) tenham sido adquiridos por terceiros; **(c)** pela dedução dos dividendos eventualmente recebidos, desde que o último evento utilizado para a formação do preço seja nos termos aqui estabelecidos; **(d)** pelo seu valor econômico, determinado por empresa independente especializada, nos termos da Instrução n.º 340, de 29 de junho de 2000, da CVM;

- II. as ações com cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo preço de fechamento do mercado no último dia de negociação do semestre civil.
- III. as debêntures conversíveis serão avaliadas pelo valor do principal acrescido da remuneração incorrida, calculada *pro rata temporis*, nas condições constantes da respectiva escritura de emissão.
- IV. os títulos de renda fixa serão avaliadas pelo preço unitário dos títulos que compuserem a carteira do FUNDO.
- V. as cotas dos Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes serão avaliadas pelo seu valor patrimonial.

Observado o que dispõe o Regulamento, a carteira do FUNDO observará os demais requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor.

Caso a ADMINISTRADORA identifique a possibilidade de perda nos investimentos integrantes da carteira do FUNDO, esta deverá efetuar o provisionamento de tais perdas, de acordo com as normas contábeis vigentes.

As perdas previstas com ativos integrantes da carteira do FUNDO devem ser estimadas na data do balanço com base nas informações objetivas então disponíveis e provisionadas. Como exemplo de perda com ativos provisionados inclui a perda de natureza permanente nas participações societárias de natureza permanente.

Somente serão baixados os investimentos integrantes da carteira do FUNDO cuja perda seja considerada definitiva.

Critérios para Emissão, Integralização, Negociação e Resgate de Cotas:

As cotas do FUNDO corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, terão forma escritural, serão de duas espécies, Classe A e Classe B, conforme definido no Regulamento, serão mantidas em conta depósito em nome dos titulares, bem como deverão assegurar a seus titulares os direitos a elas atribuídos pelo Regulamento.

Não haverá resgate de cotas.

O FUNDO somente poderá emitir novas cotas por deliberação da assembléia geral de cotistas, e desde que respeitadas as disposições previstas na legislação aplicável, inclusive o disposto no item 9.4 do Regulamento.

O valor unitário das novas cotas e o seu respectivo preço de emissão deverão ser fixados de forma a não acarretar diluição injustificada da participação dos antigos cotistas do FUNDO, ainda que tenham direito de preferência para subscrever as novas cotas, tendo em vista: **(i)** o valor do patrimônio líquido apurado em balancete no último dia do mês anterior ao da emissão em questão; ou **(ii)** as perspectivas de todas as empresas e fundos cujos valores mobiliários integrem a carteira do FUNDO e no estado dos negócios por elas explorados; sendo que, em ambos os casos o valor apurado deverá ser entregue aos cotistas na Assembléia Geral que deliberar sobre a emissão ou, conforme o caso, juntamente com o respectivo processo de consulta que, para tanto, lhes for dirigida pela ADMINISTRADORA, conforme respectivamente previsto no inciso V do item 10.1 e no item 10.9 do Regulamento.

Na proporção do número e classe de cotas que possuírem, os cotistas terão preferência para a subscrição de novas cotas, desde que o exerçam dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do anúncio de emissão de novas cotas em jornal de grande circulação ou do recebimento de correspondência a esse respeito que lhe tenha sido enviada pela ADMINISTRADORA. A totalidade dos cotistas do FUNDO abriu mão do direito de preferência para a subscrição das cotas objeto da presente emissão, conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária de Cotistas realizada em 12.03.2007.

A integralização das cotas do FUNDO deverá ocorrer à vista, em moeda corrente nacional, no momento da assinatura do respectivo boletim de subscrição.

Todas as emissões de novas cotas serão efetuadas de modo a que seja mantida a proporção então existente entre as Cotas Classe A e as Cotas Classe B, quando da deliberação da emissão.

Tributação:

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do FUNDO e ao FUNDO, assumindo, para esse fim, que a Carteira do FUNDO é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, listadas ou não em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o FUNDO irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas do FUNDO devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no FUNDO.

Tributação Aplicável aos Cotistas

IOF/Títulos

As operações com as Cotas do FUNDO podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao

Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do FUNDO, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do FUNDO tomará por base (i) a residência dos Quotistas do FUNDO: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Cotas; (b) o resgate de Cotas do FUNDO; e (c) a amortização de Cotas do FUNDO.

I. Cotistas do FUNDO Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do FUNDO serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Cotistas do FUNDO Residentes no Exterior

Aos Cotistas do FUNDO residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Cotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Cotas do FUNDO ou cujas Cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo FUNDO, ou em caso do FUNDO deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco

por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Cotistas do FUNDO residentes no Brasil.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Cotas do FUNDO efetuadas com recursos detidos pelos (i) Cotistas do FUNDO residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) Cotistas do FUNDO residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

Tributação Aplicável ao FUNDO

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo FUNDO estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do FUNDO são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

As operações realizadas pelo FUNDO, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo FUNDO no resgate das Cotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

Taxa de Administração e Demais Despesas:

Pela prestação de serviços de administração e gestão, a ADMINISTRADORA será remunerada por meio de uma taxa de administração correspondente a 0,2 % a.a. (zero vírgula dois por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, a qual será apropriada por dia útil como despesa do FUNDO e paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil, por período vencido.

Para efeitos do disposto no presente, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados no Estado ou Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou dias

em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

Na hipótese da ADMINISTRADORA deixar de administrar o FUNDO, por descredenciamento da CVM ou por destituição deliberada pelos quotistas em assembléia geral regularmente convocada e instalada, a ADMINISTRADORA fará jus a receber a Taxa de Administração, a ser paga *pro rata temporis*, observado o período de exercício efetivo das funções da ADMINISTRADORA e o prazo de duração do FUNDO. O pagamento da Taxa de Administração devida à ADMINISTRADORA, substituída nos termos deste item, será paga em dinheiro, à época do pagamento.

Não será cobrado dos Cotistas qualquer taxa de performance, de ingresso ou de saída do FUNDO.

Constituem encargos do FUNDO, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas diretamente:

I – emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;

II – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

III – despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;

IV – despesas com correspondência do interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;

V – honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO;

VI – honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao FUNDO, se for o caso;

VII – parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência da ADMINISTRADORA no exercício de suas funções;

VIII – prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;

IX – quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO, novas emissões de cotas e à realização de assembléia geral de cotistas, dentro de limites estabelecidos no regulamento, os quais poderão ser alterados por assembléia;

X – taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO; e

XI – despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO correrão por conta da ADMINISTRADORA, salvo decisão contrária da assembléia geral.

A ADMINISTRADORA poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pela ADMINISTRADORA, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração ou de performance, se for o caso, fixada no Regulamento.

Procedimentos em caso de modificação ou alteração da oferta pública de Cotas ou de revogação da aceitação:

Se, nas hipóteses previstas na Instrução CVM 400/2003, o Administrador pretender efetuar modificações ou revogar a distribuição das Cotas do FUNDO, tal pleito será obrigatoriamente apresentado à CVM.

Na hipótese de modificação, desde que a mesma tenha sido aprovada pela CVM, o Administrador (i) divulgará os aspectos do FUNDO modificados, pelos mesmos meios utilizados para divulgar o Anúncio de Início desta distribuição e (ii) notificará por escrito todos aqueles que já tenham subscrito Cotas do FUNDO para que estes confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, a manutenção do interesse em subscrever Cotas do FUNDO, valendo o silêncio como confirmação.

Eventuais investidores que subscrevam Cotas do FUNDO apenas após a referida modificação firmarão, um termo de ciência e aceitação das modificações aprovadas pela CVM, o qual ressaltará os artigos do Regulamento eventualmente modificados.

Em caso de revogação da distribuição, os valores eventualmente já integralizados pelos subscritores serão devolvidos aos mesmos, acrescidos de eventuais rendimentos auferidos, líquidos de despesas e tributos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aceitação da revogação por parte da CVM.

Não será admitida a revogação de aceitação por parte dos subscritores, salvo nos casos previstos nos parágrafos únicos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400/2003, isto é, respectivamente, no caso de suspensão da distribuição ou de discordância quanto às mudanças, eventualmente submetidas à CVM e aprovadas por tal autarquia, nas condições da oferta.

Divulgação de Informações ao Cotista:

A divulgação de qualquer informação de relevância para os cotistas do FUNDO será realizada através (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal “O Dia” ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) carta com aviso de recebimento, ou, quando permitido pela legislação em vigor, e-mail enviados aos Cotistas e/ou aos seus representantes.

Atendimento aos Cotistas:

Aplicando no FUNDO você receberá uma cópia do Regulamento e do prospecto. Leia-o

com atenção. Para obter maiores esclarecimentos, contate nossa mesa de atendimento a clientes nos telefones abaixo identificados, que estará apta também a transmitir informações adicionais sobre este produto, assim como encaminhar críticas e sugestões.

Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM - Administradora e Gestora do FUNDO.
SP - Tel (0 XX 11) 2107 6690 - RJ - Tel (0 XX 21) 2142-6700

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA

A Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de administradora e gestora do Fundo, declara, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400/03: (a) que este Prospecto (i) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (b) que as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercados durante a distribuição das Quotas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A DTVM